

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGENS DOS ALUNOS COM SURDEZ

Edna Oliveira da Paz
Mariana Willendorff Oliveira Costa
Marta Soraya Sousa Silva

FIP – Faculdades Integradas de Patos – edinha.paz@hotmail.com

Resumo: O presente estudo centra-se na abordagem do tema surdez, no intuito de promover uma educação voltada a combater o preconceito no âmbito escolar e incentivar os educandos a conviver com o outro, respeitando-o como ser diferente. A pesquisa apresenta uma abordagem da historicidade dos surdos, da educação inclusiva e as tendências educacionais sobre a aprendizagem das crianças surdas. A educação inclusiva ao longo da história teve uma caminhada árdua até os dias atuais. A visão em relação à pessoa surda mudou muito ao longo da história da humanidade. O conhecimento de seus marcos legais é essencial para a construção de uma visão ampla da educação das pessoas com deficiência. A inclusão escolar dos surdos em escolas públicas tem a premissa de que é necessário reproduzir para o surdo às mesmas condições em que o ouvinte adquire a língua oral. A discussão sobre a inclusão de surdos no contexto educacional tem sido campo para inúmeras reflexões. As tendências que foram adotadas, ao longo da história dos surdos, versam a incessante necessidade de se entender que não basta apenas que o surdo frequente a escola, mas que seja atendido dentro de suas exiguidades. Para tanto, este estudo buscou apresentar inúmeras possibilidades que a educação inclusiva pode proporcionar ao aluno surdo, como também mostrou aos profissionais da educação as mais variadas formas de exercitarem seus saberes na construção de práticas essencialmente visuais para surdos, portanto, de fato inclusivas. Assim, é preciso compreender na íntegra a vida das pessoas portadoras de surdez, bem como suas culturas, identidades, comunidades e dificuldades dentro do processo educacional para que a aprendizagem significativa aconteça verdadeiramente e possa fazer a diferença.

Palavras-chaves: Escola pública. Educação inclusiva. Alunos surdos. Aprendizagem.

Introdução

O presente trabalho pretende abordar a importância da integração da educação inclusiva no sistema brasileiro de educação, tendo como fundamentação diversos autores que destacam a importância da inclusão educacional. Desde a década de 90, com a Conferência Mundial da Educação para Todos, houve mudanças significativas na educação mundial. No Brasil muitas foram as ações desenvolvidas aos propósitos traçadas nesta conferência. Foram editados os Referenciais Curriculares para a formação de Professores, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a Educação Básica e a LEI 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Todos esses novos documentos, com ideias elaboradas com olhares diferenciados, provocaram e incentivaram a formação em nível superior dos professores, prescrevendo um novo paradigma na educação brasileira.

A integração ou inclusão de alunos com deficiências no sistema regular de ensino tem sido sem dúvida, a questão mais discutida no nosso país nas últimas décadas.

Este tema, que por tanto tempo, salvo algumas experiências isoladas, ficou restrito ao debate em congressos e textos da literatura especializada, hoje se torna proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais tanto no nível federal, estadual e municipal.

É reconhecendo as mudanças já alcançadas na educação brasileira e a necessidade de, a cada dia, encontrar novos caminhos que este tema foi escolhido. Ao longo dos últimos anos as escolas viram-se obrigadas a acolher e formar crianças com deficiências, mesmo quando estas não têm os direitos mínimos de acesso garantidos. O fato é que a inclusão é muito abrangente optei em estudar a deficiência auditiva por se tratar de uma área interessante e pouco difundida. Partindo da informação de que os surdos não são iguais e que possuem características bem distintas, é importante conhecer o surdo, para ter uma postura profissional adequada e inclusiva.

O atraso de linguagem que o surdo experimenta é algo que causa danos sociais, emocionais e cognitivos e que a linguagem não possui apenas a função comunicativa, mas também a função de organização de pensamento, assumindo um papel essencial no desenvolvimento cognitivo dos surdos. É necessário entender que a fala não é o único meio que o surdo possui para criar significados, mas toda e qualquer forma que envolve significações.

Autores como Brito (1995), Skliar (2005) e Fernandes (1989) acreditam que ao sofrer atraso na linguagem, ocasionado pela perda auditiva, o surdo terá como consequência problemas emocionais, sociais e cognitivos e, estes problemas influenciarão diretamente todo o processo de aprendizagem e sua identidade.

Este estudo buscou apresentar inúmeras possibilidades que a educação inclusiva pode proporcionar ao aluno surdo, como também é possível mostrar aos profissionais da educação as diversas formas de exercitarem seus saberes na construção de práticas essencialmente visuais para surdos, portanto, de fato inclusivas.

No entanto, aprofundar os estudos na área de surdez tem como objetivo contribuir para uma educação melhor, acreditando que as adversidades sociais existem, mas não são serão motivos suficientes para que essas pessoas tenham seus direitos apoderados. É preciso compreender suas

culturas, identidades, comunidades e dificuldades dentro do processo ensino aprendizagem para que a aprendizagem significativa aconteça na vida dessas pessoas.

Este trabalho pretende conhecer a realidade educativa, na qual faço parte, os elementos implicadores na construção da aprendizagem, bem como melhorar a prática pedagógica, procurando despertar para a importância da educação inclusiva, e ainda, socializar experiências com outros profissionais da escola, desmitificar diferenças linguísticas e torna a educação um lugar acessível, permitindo sua permanência ao ambiente escolar.

O referido trabalho não tem a intenção de esgotar todas as respostas sobre os problemas que se colocam na discussão em relação à educação inclusiva. Pretende especificamente discutir a importância dessa educação para o desenvolvimento cognitivo do educando.

O despertar para esta modalidade de deficiência se deu devido a experiências vivenciadas em nossas escolas, essa falta de conhecimento do mundo particular no qual se insere os surdos nos leva muitas vezes a pensar em desistir de nossa missão de educadora.

Metodologia

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi à bibliográfica que utiliza a coleta de informações, conceitos e dados em livros, artigos científicos, teses, dissertações, publicações eletrônicas e outros documentos escritos, com abordagem exploratória e de cunho qualitativo, que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias para oferecer uma visão reflexiva.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Meira de Sá, localizada na cidade de Aparecida – PB com os alunos do 5º ano, do turno da manhã.

Os instrumentos de coletas utilizados foram a observação e a entrevista, este ultimo é caracterizado pelas perguntas, aplicadas igualmente a todos os entrevistados, permitindo uma análise quantitativa.

A princípio encontrei dois motivos: um de ordem intelectual e outro de ordem prática. O primeiro decorre da satisfação e do desejo de conhecer e aprofundar o conhecimento sobre o objeto estudado. O segundo decorre do desejo de fazer algo que pudesse subsidiar de maneira mais eficaz para os alunos com surdez suas aprendizagens.

A pesquisa em sua totalidade, nos dar a oportunidade de conhecermos mais de perto o aluno entrevistado, a sua vivencia e os seus ideais, tornando assim possível uma aprendizagem mútua e de extrema satisfação.

O estudo ora apresentado tem um caráter quanti-qualitativo, e baseia-se em Matos (2002), quando afirma ser possível em uma pesquisa estabelecer dados quantitativos e qualitativos, pois enquanto um possibilita estabelecer estimativas numéricas de um determinado fenômeno, o outro aprofunda o significado da questão em análise.

Os dados coletados foram obtidos a partir da observação feita na escola, onde se observou a convivência dos alunos com seus pares e com os deficientes dentro da escola regular, e que esta convivência se dá de forma igualitária.

Surdez: historicidade

Os primeiros passos para iniciar um estudo sobre surdos é conhecer sua história, como também suas tendências, que tem como objetivo entender sua linguagem seu meio social e suas interações interpessoais. A história pode servir de suporte para uma análise crítica das consequências de cada tendência no desenvolvimento científico, político, ético e econômico da sociedade.

A deficiência como fenômeno humano individual e social pode ser determinado em partes pelas representações socioculturais de cada comunidade, em diferentes gerações, ou pelo nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico da sociedade.

A história sempre foi marcada pelas rejeições a estas pessoas com deficiência, através das discriminações, preconceito e segregação. Na antiga Roma existe relato que evidenciam que as crianças com deficiência, eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis.

Historicamente, a educação de pessoas com deficiência surgiu de forma solitária, segregada e excludente, identificando com o caráter assistencialista e terapêutico, dessa parcela da população, que até então era marginalizada e abandonada pela sociedade.

O Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, foi a primeira brasileira, sob a influência europeia, nos meados do século XX surgem as associações de pais de pessoas com deficiência, como a Pestalozzi e as APAES, destinada à implantação de programas de reabilitação e educação especial.

A ideia que a sociedade fazia sobre as pessoas com surdez, no decorrer da história, geralmente se dava pelos aspectos negativos, as pessoas com surdez eram vistas de varias formas, através de compaixão, piedade, pessoas castigadas pelos deuses ou até mesmo como pessoas

castigadas pelos deuses ou até mesmo como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonadas ou sacrificadas, vivendo às margens da sociedade sem ter direitos assegurados.

Ao Brasil, chegou por volta do ano de 1855 o professor surdo francês Ernest Huet, trazido por D. Pedro II, para iniciar um trabalho de educação para algumas crianças surdas.

No ano de 1857 foi criado o Institucional Nacional de Surdos-Mudos, que tinha como tendência predominante o oralismo puro em suas disciplinas, com essa tendência em alta pelo mundo, no INES foi proibido o uso da língua de sinais, que sobreviveu nas salas de aula até 1957, como também nos pátios escolares pelos alunos.

Por volta do final da década de setenta chega ao Brasil uma nova tendência para educação das pessoas com surdez, a comunicação total, já na década de oitenta, outra tendência toma conta das salas de aula, o bilingüismo.

Essas três tendências têm sua relevância para a educação das pessoas com surdez e isso é motivo de vários debates entre os estudiosos e profissionais que as seguem.

A declaração dos direitos humanos (1948) assegura o direito de todos à educação pública e gratuita, defendendo oportunidades educacionais e sociais iguais para todos, a política nacional de educação, sustentada pela lei N° 4.021/61 / LDB, com a recomendação de interagir, no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiência.

Na década de 80, a política educacional brasileira, teve como democratização mediante a expansão do ensino com oportunidade de acesso das minorias à escola pública.

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos, procurando mostrar as consonâncias com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha).

Desde a década de 90, com a Conferência Mundial da Educação para todos, houve mudanças significativas na educação mundial. No Brasil, muitas foram às ações concomitantes aos propósitos traçados nesta Conferência. Foram editados os Referenciais Curriculares para a Formação de Professores, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e, marcadamente a Nova Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394/96. Todos esses novos documentos, com ideias supostamente inovadoras provocaram uma corrida na formação em nível superior de professores prescrevendo novos paradigmas para a escola como um todo.

Um dos pilares defendidos acirradamente no Ministério da Educação é o da Escola Inclusiva, ou seja, uma escola para todos.

Diante de tantos novos pressupostos de novas leis de novos paradigmas cabem dois questionamentos importantes: Mas o que é de fato a escola Inclusiva? Quem a faz? A busca por estas respostas ainda é corrente, pois as leis existentes se impõem a gestores e corpo docente, descrevendo a obrigatoriedade de que a escola não exclua os diferentes. Que eles recebam os mesmos conhecimentos oferecidos aos alunos considerados “normais”. A partir daí surgem outros questionamentos que não vêm ao caso, mas que insistentemente nos remete a refletir sobre a nossa atuação em sala de aula, bem como na busca da formação contínua.

A educação Inclusiva percorreu um longo caminho para chegar até suas bases atuais. O conhecimento de seus pressupostos, sua legalidade, funcionamento e formação de professores são fundamentais para que se construa uma visão holística da educação das pessoas com surdez.

Neste sentido, compreendemos que a inclusão apresenta como desafio questões que vão desde o conceito de necessidades educacionais especiais até as implicações, sob o ponto de vista social, por que, mais do que uma questão legal, de “direita”, ela é uma questão ética. Assim, a escola tem uma grande responsabilidade em se transformar, de fato, em espaço para todos, de acordo com Skliar (2005, p. 1), “foram mais de cem anos de práticas eneguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional”.

Nesse sentido, as preocupações em torno da vida, da identidade e das diferenças que os surdos possuem foram quase que completamente negadas. Visando essas situações é que nos propomos realizar essa pesquisa para que ela possa de alguma maneira contribuir com o processo reflexivo que deve ser existente na prática pedagógica de cada educador, bem como dos profissionais que auxiliam na organização da escola.

Educação inclusiva e suas aprendizagens

A pessoa surda como é vista nos dias atuais, teve grande mudanças no percorrer da história da humanidade. Sempre existiram debates acerca dos conceitos de surdez, como também dos limites e possibilidades dos surdos comparando-os com os ouvintes, esses debates sempre foram em torno das questões relativas á educação do aluno que apresenta “déficit de audição nesse sentido, as preocupações em torno da vida, da identidade e das diferenças que surdos possuem quase que completamente negada”.

Nas últimas décadas, vem se alinhando um conjunto de preocupações novas concernentes á educação dos surdos, porém, no passado, este obrigado a se adaptarem ao modelo social que não



correspondia a sua cultura e as suas capacidades, prevalecendo o modelo ouvinte, nos dias atuais é possível perceber diversas mudanças diante das concepções sobre a pessoa surda e a importância da sua língua dentro do processo de construção de conhecimentos. Estudiosos da área da surdez concordam que os surdos enfrentam diversas dificuldades ao longo de sua trajetória educacional, sendo a principal delas originárias de suas limitações e conseqüentemente, oral.

Assim Goldfeld (2001), apoiada em Vygostsky e Bakhtin, mostra a importância da linguagem no desenvolvimento cognitivo do surdo, com fundamentação na abordagem sócio-interacionista, baseado nas ideias destes teóricos, os estudos sobre a aquisição da linguagem, bem como as relações interpessoais e com o meio social onde o surdo vive, pois eles têm papel imprescindível na construção da identidade do surdo. A compreensão sobre as características da identidade surda é importante, para definirem adequadamente práticas pedagógicas para os surdos.

A princípio é necessário destacar que os surdos são deficientes dos ouvintes como também diferentes entre si. Portanto, é preciso extinguir a ideia de que as crianças surdas constituem um grupo homogêneo, pois não é bem assim. Existem subgrupos dentro dos grupos de crianças e as diferenças entre elas são, na sua grande maioria, maiores que as diferentes encontradas entre surdos e ouvintes, isso constitui uma abstração básica para compreender bem o surdo e suas peculiaridades.

Nessa perspectiva, os estudos sobre a pessoa surda estão voltados basicamente para compreender as perdas auditivas como características do surdo, e dependendo do tipo de problema se define o tipo de surdez, diante desta perspectiva os estudos sobre a surdez pode ser sintetizado por três suposições básicas como afirma Bueno (2005, p. 90):

I – De que a surdez, como características de uma parcela da população, não pode ser encarada pelo ângulo tradicional da medicina que a caracterizou como deficiência;

II – Que a surdez acarreta uma diferença básica de linguagem e que a Língua de Sinais deve ser encarada como expressão natural da comunidade surda;

III – Que o fato de possuir uma língua própria faz com que os surdos devem ser considerados como uma subcultura diferente da dominante, a cultura ouvinte.

As causas da surdez também são alvo de preocupações. Quanto a isto é importante destacar que ela pode ser classificada em: causas pré-natais, perinatais e pós-natais.

Entre as causas pré-natais têm-se: a rubéola intra-uterina, toxicoplasmose, o citomegalovírus, a diabetes, a sífilis, a irradiação, a hipóxia, o uso de drogas de ototóxicas e o alcoolismo materno.

Com relação às causas perinatais mais comum são: anoxia-hipóxia, parto traumático, parto prematuro, herpes materna.

Com relação às causas perinatais mais comum destacam-se: hipóxia, anóxia infecção, citroblastose fetal e sarampo, caxumba, meningite, encefalite, além de exposição a ruídos ou pressões intensas e acidentes. É possível acrescentar, a surdez adquirida através da idade avançada, como outra causa de surdez.

O período em que ocorreu a surdez é um aspecto que também precisa ser compreendido. De acordo com o momento podemos entender a surdez como: pré-linguística ou pós-linguística. A surdez pré-linguística é caracterizada pela ocorrência da perda auditiva antes do desenvolvimento da linguagem oral, pela criança. A surdez pós-linguística caracteriza-se pela presença de sons, quando mais tarde ocorre a perda auditiva maior, ainda assim houve o desenvolvimento da linguagem oral. Nestes casos, a fala já construída fica consolidada.

Além desses aspectos de cunho fisiológico, há outro que merece consolidações e que nos últimos anos vem assumindo lugar de destaque dentro dos estudos de surdez. Trata-se das identidades surdas. Esse elemento vem somar-se aos demais trazendo mais possibilidades de compreensão da pessoa surda, alicerçado pela sua natureza sócio-antropológica.

De acordo com Hall (1997) citado por Perlin, um dos conceitos de identidade bastante utilizados pelos estudiosos atuais é o de que a identidade hoje não pode ser vista como uma interpretação fechada, estática, fixa, pronta, mas como algo em construção, portanto, plural, dinâmico, múltiplo e contraditório (SKLIAR, 2005).

No caso da pessoa surda, os estudos feitos por Perlin, identificaram a existência de pelo menos cinco categorias diferentes de identidades surdas, comparando-as com a presença da heterogeneidade da contrição dos grupos. Assim, a autora classificou as identidades como:

a) Identidade surda política: trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo. É a consciência surda de ser definitivamente diferente e de necessitar de implicações e recursos completamente visuais.

b) Identidades surdos híbridos: são surdos que nasceram ouvintes, e que com o tempo se tornaram surdos.

c) Identidade surdas de transição: Estão presentes na situação dos surdos que foram mantidos sob o cativeiro da hegemonia experiência ouvinte e que passam para a comunidade surda, como geralmente acontece.

d) Identidade surda incompleta: É o nome que dou a identidade surda apresentada por aqueles surdos que vivem sob uma ideologia ouvintista latente que trabalha para socializar os surdos de maneira compatível com a cultura dominante.

e) Identidade surda flutuante: Elas estão presentes onde os surdos vivem e se manifestam a partir da harmonia dos ouvintes. Esta identidade é interessante porque permite ver um sonho “consciente” ou não de ser, porém, vítima da ideologia ouvintista que segue determinando seus comportamentos e aprendizados (PERLIN, 2005, p.63-65).

Resultados e discussões

Iniciamos esta análise através da observação no meio escolar, evidenciando a importância da interação social e da mediação do outro em todo processo de aprendizagem. Destarte, procuramos dar ênfase as interações como requisitos básicos para qualquer prática educativa eficiente.

De acordo com as ideias apresentadas, foi possível compreender que os surdos não compõem um conjunto homogêneo com características comuns. Pelo contrário, possuem diversas diferenças entre si quanto as existentes entre todos os grupos humanos. Portanto, ao pensar numa metodologia de atendimento aos surdos é preciso analisar as características a que cada um se enquadra dentro de suas identidades e culturas que os mesmo apresentam.

Dessa forma, a surdez pode ser compreendida como uma diferença a ser politicamente reconhecida, e o surdo como um ser de uma experiência visual e possuidor de uma identidade múltipla ou multifacetada que reclama um olhar diferente, mas não de estereótipos, exigindo respeito, principalmente por ser pessoa.

A língua não é apenas um esquema formal, mas possui um caráter essencial, criativo e cultural. Expressa a mais exata face das aspirações e pensamentos das pessoas surdas. A língua de sinais difere da língua falada por ter estilo diferente, já que não se resume á manutenção de símbolos segundo as regras gramaticais, e sim a voz do usuário emitida com o corpo.

As línguas se transformam a partir das comunidades linguísticas que as utilizam. Os portadores de surdez têm necessidades de se integrar a comunidade surda porque é nesse contexto que irão encontrar um bom desempenho da língua de sinais. A aquisição da linguagem requer o contato com outros seres humanos.

A educação de surdos no Brasil está aquém do desejado em relação á utilização do bilinguismo. Isso se deve a vários fatores que dificultam a sua aplicação; poucos intérpretes que



atenda as necessidades da escola, hospitais e repetição e etc., ressaltando que os programas televisivos são poucos os que utilizam a língua de sinais. Outra grande realidade é a existência de poucos professores ouvintes que dominam libras, como também as famílias que além de sua grande maioria não conhecem, como também não dominam.

A propósito, com esse diagnóstico da realidade das pessoas com surdez, é possível compreender e analisar o desenvolvimento global da vida das pessoas com surdez e que muito ainda se precisa fazer diante das políticas públicas para educação de surdos.

Tendências educacionais para a educação de surdos

A primeira tendência elencada é o Oralismo, concebido na Alemanha, no ano de 1750, onde surgem as primeiras noções do que hoje constitui a filosofia educacional oralista, estudada por Samuel Heinick. Essa habilidade acredita ser o ensino da língua oral, que rejeita a língua de sinais, na educação das pessoas surdas.

Esses métodos ganharam forças a partir do ano de 1860, aonde vários profissionais começaram a estudar a linguagem oral utilizada pelos surdos, com essa tendência em alta, alguns estudiosos da área começaram a defendê-la se opondo a língua de sinais acreditando que esta seria prejudicial à aprendizagem oral. Na oportunidade, a língua dos surdos ficou oficializada pelo oralismo, e a língua de sinais foi proibida.

O oralismo entendeu a surdez como uma deficiência que deve ser trabalhada pela estimulação auditiva, sendo através desta que a criança poderá desenvolver a aprendizagem da língua portuguesa, acreditando que através desse método a criança surda venha a integrar-se na comunidade ouvinte. Goldfeld (2005, p. 31) afirma “que o objetivo do oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, a *não surdez*”. Com esse intento, o oralismo abrange diversas metodologias como: audiofonatória, acupidio, dentre outras. Essa prática metodológica tem embasamento teórico diferenciados, possuindo características diferentes.

Salientamos que o oralismo causa déficits cognitivos, levando ao fracasso escolar, dificultando os relacionamentos interpessoais, levando o aluno ao fracasso escolar, dificultando os relacionamentos interpessoais e com a nega a cultura surda e a diferença entre surdos e ouvintes.

Em seguida temos a Comunicação total, uma tendência que tem como principal objetivo a comunicação entre surdos e surdos e surdos e ouvintes, enfatizando a aprendizagem da língua oral





através dos aspectos cognitivos, emocionais e sociais, a aquisição da aprendizagem utiliza-se recursos espaços-visuais como facilitadores da comunicação.

Como a comunicação total de opõe ao oralismo, mostrando que o aprendizado da língua oral não garante o pleno desenvolvimento da pessoa surda. Um dos diferenciais com que se apresenta a comunicação total das demais tendências é que ela defende a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, linguagem oral ou códigos manuais, que facilite a comunicação com as pessoas surdas.

Vale assinalar, nesse contexto, um aspecto bastante relevante apresentado por esse método, ou seja, a relação da língua materna da criança surda, onde cada surdo, conforme a sua história terá como língua materna a língua oral ou a LIBRAS, mesmo que para a comunicação total não seja importante a aquisição plena desta. Os resultados obtidos com a comunicação total são questionados quando analisado as pessoas com surdez diante dos desafios da vida, onde os textos orais e escritos, linguagem gestual e visual e as interações sociais que são características da comunicação total não demonstram um desenvolvimento satisfatório, reforçando a segregação.

Por fim, temos o Bilinguismo, cujo princípio básico para que a pessoa com surdez seja bilíngue, isto é, que adquira a língua de sinais como língua materna e como segunda língua a de seus pais, no caso, a língua portuguesa. A abordagem educacional feita pelo bilinguismo visa capacitar à pessoa surda para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social. O Decreto nº 5.626/05 que regulamentou a lei de LIBRAS prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas são utilizadas no mesmo espaço educacional. Com base nesse decreto a filosofia bilíngue mostra que os surdos formam uma comunidade com cultura e língua própria.

O bilinguismo rejeita a proposta que as pessoas com surdez devem aprender a língua oral para poder se aproximar o máximo possível do padrão de normalidade dos ouvintes, vale ressaltar que a aprendizagem da língua oral para as pessoas com surdez é importante, mas não é como único objetivo de aprendizagem, nem tampouco como solução para como diminuir as diferenças pela deficiência.

A língua de sinais é certamente o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez. Segundo Perlin (2005) “os surdos não conseguem dominar os signos dos ouvintes, como por exemplo, a epistemologia de uma palavra. Ele somente pode entendê-la até certo ponto, mediante a inserção dos signos visuais”.

Inicialmente, se faz necessário fazer a leitura desse movimento político, cultural e também educacional das comunidades de surdos dos ouvintes, esclarecendo os equívocos existentes em sua própria conjuntura.

Considerações finais

O presente estudo possibilitou a construção de compreensões relativas às formas de pensar a inclusão escolar, foi possível identificar o entendimento e a importância que esses processos têm para as pessoas envolvidas no processo de aprendizagens. Dessa forma, contribuir para o crescimento pessoal e profissional dos leitores, pois se sabe que este tema tornou-se mundialmente conhecido, e precisa deixar de ser apenas uma teoria e torna-se uma prática frequente nas escolas. Embora, para alguns, a inclusão ainda caminha a passos largos, deve-se ter a consciência de sua importância e propagá-la em todos os âmbitos da sociedade.

Quando a escola realiza o papel de receber crianças com deficiências, ela reconhece e considera as diferenças nas possibilidades e potencialidades de aprendizagens e desenvolvimento dos seres humanos, e enriquece seu conhecimento do processo educacional.

Faz-se necessário salientar que a escola e os professores que recebem a criança com deficiência, precisam estar habilitados para viabilizar realmente o processo de inclusão, sendo essencial a cooperação entre profissionais e família, interagindo em uma mesma equipe para a realização do processo educacional; caso contrário, todo trabalho realizado na escola será desfeito em casa pela família.

O papel do educador é fundamental para o desenvolvimento do aluno. A escola por sua vez tem que se adequar ao aluno, apresentando estratégias para que haja um aprendizado significativo.

Referências

BUENO, Jose Geraldo Silveira. Diversidade, deficiência e educação. **Revista espaço**. Rio de Janeiro: INES nº 12, p3-12, julho-dezembro, 1999.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionistas**. São Paulo: Plexus editora. 2001.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. Ver. e atual.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

PERLIN, Gladis T.T. “Identidades surdas”. In:Skliar, Carlos (org). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, Carlos. (Org.) **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3. ed.Porto Alegre: Mediação, 2005.

